



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PROGRAMA DE TRABALHO

Assembleia Legislativa do Estado

01101 Assembleia Legislativa do Estado

Inciso III do art.12 da LDO nº 11.141 de 05/09/2025

Programa Função / Subfunção Projeto-Atividade / Operações Especiais	A C A O	E S F	M O D	FONTE	ODS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi- mentos	Inversões Financeiras	OGE 2026		R\$ 1,00	
												Amortiza- ção da Dívida	Reserva de Contingência		
Produto: Pensão Especial Paga				40 Pes											
9068 Encargos com Débitos de Pequeno Valor						50.000	40.000	0	10.000	0	0	0	0	0	0
				3 F 90 01500000001		50.000	40.000	0	10.000	0	0	0	0	0	0
Objetivo:															
Produto: Pessoa Indenizada				700 Un											
<b>Total</b>						<b>1.058.871.936</b>	<b>618.613.836</b>	<b>0</b>	<b>438.158.100</b>	<b>2.100.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

F - Fiscal S - Seguridade Social  
1 - Projeto 2 - Atividade 3 - Op.Especiais



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Assembleia Legislativa do Estado

01101 Assembleia Legislativa do Estado

Inciso III do art.12 da LDO nº 11.141 de 05/09/2025

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi- mentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
01.031.1496-7624	Construção da Nova Sede da ALEPA	400.000	0	0	400.000	0	0	0	0
01.031.1496-8548	Interiorização do Processo Legislativo	1.445.000	0	0	1.445.000	0	0	0	0
01.031.1496-8774	Desenvolvimento das Atividades Parlamentares	27.610.000	0	0	27.610.000	0	0	0	0
01.031.1496-8775	Publicidade das Ações da ALEPA	10.314.100	0	0	10.314.100	0	0	0	0
01.031.1496-8776	Gestão do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	3.244.000	0	0	3.244.000	0	0	0	0
01.122.1496-8551	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	652.891.800	618.533.836	0	34.357.964	0	0	0	0
01.122.1496-8552	Operacionalização das Ações Administrativas	162.567.036	0	0	160.467.036	2.100.000	0	0	0
01.302.1496-8554	Assistência Médica, Odontológica, Ambulatorial e Psicosocial	34.100.000	0	0	34.100.000	0	0	0	0
01.331.1496-6075	Concessão de Auxílio Alimentação	136.000.000	0	0	136.000.000	0	0	0	0
01.331.1496-6869	Concessão de Auxílio Transporte	700.000	0	0	700.000	0	0	0	0
28.846.0000-9010	Encargos com Débitos Precatórios	50.000	40.000	0	10.000	0	0	0	0
28.846.0000-9018	Pagamento de Pensões	29.500.000	0	0	29.500.000	0	0	0	0
28.846.0000-9068	Encargos com Débitos de Pequeno Valor	50.000	40.000	0	10.000	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>1.058.871.936</b>	<b>618.613.836</b>	<b>0</b>	<b>438.158.100</b>	<b>2.100.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OGE 2026

Tribunal de Contas do Estado

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Exercer o controle externo, auxiliando a Assembléia Legislativa do Estado, mediante o exercício de suas competências e atribuições constitucionais e legais.

Inciso VI do art.12 da LDO nº 11.141 de 05/09/2025

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição do Estado do Pará, arts. 115 a 122.	Dispõe sobre as competências do Tribunal de Contas do Estado e sobre o controle externo.
Ato nº 24, do Tribunal de Contas do Estado, de 8 de março de 1994, com alterações introduzidas por atos posteriores.	Dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
Emenda Constitucional nº 26, de 16 de junho de 2004.	Dá nova redação ao art.307 da Constituição do Estado do Pará, o processo de escolha de Conselheiro do TCE E TCM, em caso de vaga ocorrida após a promulgação desta Constituição, ou que venha a ocorrer, observado o disposto no art.119, obedecerá os critérios descritos nesta Emenda.
Lei nº 7.086 de 16 de janeiro de 2008	Institui o Fundo de Modernização, reaparelhamento e aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará - funfce, e dá outras providências.
Lei nº 7.624 de 26 de abril de 2012	Dispõe sobre a criação do Gabinete Militar do Tribunal de Contas do Estado do Pará e de seus cargos, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 081, de 26 de abril de 2012	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, e dá outras providências.
Lei nº 7.681 de 04 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a alteração de dispositivo da Lei nº 7.592, de 28/12/2011, criação e transformação de cargos de provimentos efetivo, em comissão e de funções comissionadas do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará, e dá outras providências
ATO Nº 63, de 17 de dezembro de 2012, do Tribunal de Contas do Pará	Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
LEI Nº 10.579, DE 11 DE JUNHO DE 2024	Altera as Leis Estaduais nº 9.682, de 1º de setembro de 2022 e 9.724, de 26 de outubro de 2022, que dispõem, respectivamente, sobre as vantagens funcionais dos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
Lei nº 8.037, de 5 de setembro de 2014.	Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará e dá outras providências.